



Relatório e Contas 2015

EUROFACTOR PORTUGAL

O SEU PARCEIRO
AO SERVIÇO DA ECONOMIA REAL

Eurofactor Portugal - Sociedade de Factoring, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

CONTEÚDO

- ❖ **Relatório do Conselho de Administração**
- ❖ **Balanço em 31 de Dezembro de 2015**
- ❖ **Demonstração de Resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015**
- ❖ **Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2015**
- ❖ **Demonstração de alterações do capital próprio (NCA) em 31 de Dezembro de 2015**
- ❖ **Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015**
- ❖ **Certificação Legal das Contas**
- ❖ **Relatório e Parecer do Fiscal Único**

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão, as Contas e a Proposta de Aplicação dos Resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

Enquadramento macroeconómico nacional e internacional

A recuperação modesta e gradual tem caracterizado a trajectória da economia mundial.

A actual expectativa para a área do euro traduz-se na manutenção da recuperação registada durante os últimos anos, sendo no entanto cada vez mais apoiada pela procura interna. De um modo geral 2015, apenas se distingue de 2014 pelo aumento da procura interna e pelas fortes perspectivas atribuídas à procura externa.

De acordo com as projecções macroeconómicas divulgadas pelos especialistas do Eurosistema, espera-se que diversos factores favoráveis continuem a apoiar uma retoma impulsionada pela procura interna, estimando que o Produto Interno Bruto (PIB) real em 2015 será de 1.5% e de 1.7% em 2016.

O Banco de Portugal divulgou já em janeiro as suas projecções para a economia portuguesa, salientando uma vez mais a modesta recuperação do PIB em 2015 atingindo 1.6%, prevendo um crescimento de 1.7% e 1.8% em 2016 e 2017 respectivamente.

O robusto crescimento das exportações tem reforçado a tendência de recuperação da economia, no entanto a economia portuguesa continua a necessitar de aumentar significativamente a sua produtividade, não esquecendo o reforço necessário nos incentivos à inovação, à mobilidade de factores e o investimento em capital humano e físico.

Taxas de variação em percentagem	2014	2015(p)	2016(p)	2017(p)
<i>PIB (tvh%)</i>				
Área do euro	0,9	[1,4; 1,6]	[1,1; 2,3]	[0,9; 2,9]
<i>Portugal</i>	<i>0,9</i>	<i>1,6</i>	<i>1,7</i>	<i>1,8</i>
<i>Taxa de inflação (tvh%)</i>				
Área do euro	0,4	[0,1;0,1]	[0,5;1,5]	[0,9;2,3]
<i>Portugal</i>	<i>-0,2</i>	<i>0,6</i>	<i>1,1</i>	<i>1,6</i>

(r): Real; (p): *Projeção*.

Fonte: Banco de Portugal (Boletim Económico - Dezembro 2015)

As atuais projeções macroeconómicas apontam para a continuação de uma recuperação modesta da economia portuguesa durante os próximos anos, em linha com as projecções apresentadas para a área do euro.

O Mercado e a Concorrência

Após vários anos de contração na atividade global de Factoring, com decréscimos de 1,3% em 2014 e cerca de 3% em 2013, resultantes da difícil situação económica do país e ainda pelo ambiente de tensão dos mercados internacionais, o ano de 2015 reflete já uma tendência positiva com estimativas de crescimento do Factoring em cerca de 3,8% face a 2014.

O Factoring continua, assim, a apresentar-se como uma fonte de financiamento muito credível, resiliente às crises e como uma boa alternativa a outras fontes de financiamento mais tradicionais.

Cada vez mais as empresas portuguesas privilegiam, quer o serviço de cobranças quer a garantia dos riscos de incobráveis, o que complementadas com o financiamento e a eficiente informação na gestão da conta clientes fazem deste produto um excelente instrumento de gestão, quer da tesouraria quer da conta clientes.

Destaca-se uma vez mais o sucesso do factoring de Exportação com um crescimento estimado notável de cerca de 8%, a acompanhar a tendência das exportações portuguesas e ainda o Confirming/Reverse que apresenta um crescimento de cerca de 12%, denotando-se que estas duas formas de factoring têm cada vez mais uma forte aceitação pelos empresários portugueses.

O factoring é de facto um mercado muito competitivo e onde actuam 14 instituições, em forte concorrência quer na conquista da sua quota-parte, num mercado limitado como é o português, quer através de preços altamente competitivos, mesmo comparando com outros produtos de financiamento tradicionais. Aqui, a disponibilidade do funding, o respetivo preço e a qualidade de serviço passaram a ser, sem margem para qualquer dúvida, os factores decisivos na

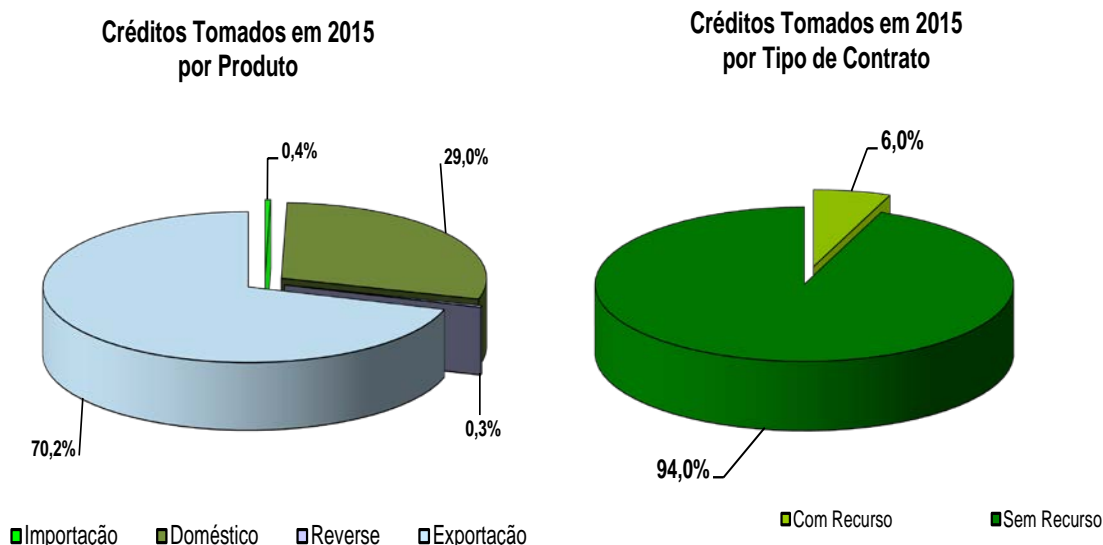
concorrência entre os vários operadores. A dimensão e a rede distribuição continuam a proporcionar algumas vantagens competitivas em especial na disputa do factoring doméstico.

Por outro lado uma rede de distribuição internacional e integrada em grupos financeiros internacionais, aliados a uma especialização forte nesses mercados, distinguem fortemente a capacidade de desenvolver o factoring internacional numa forma mais eficiente e competitiva, sendo aqui de facto um ponto maior de distinção e também de aposta clara da EUROFACTOR Portugal.

Atividade e evolução da EUROFACTOR Portugal, S.A.

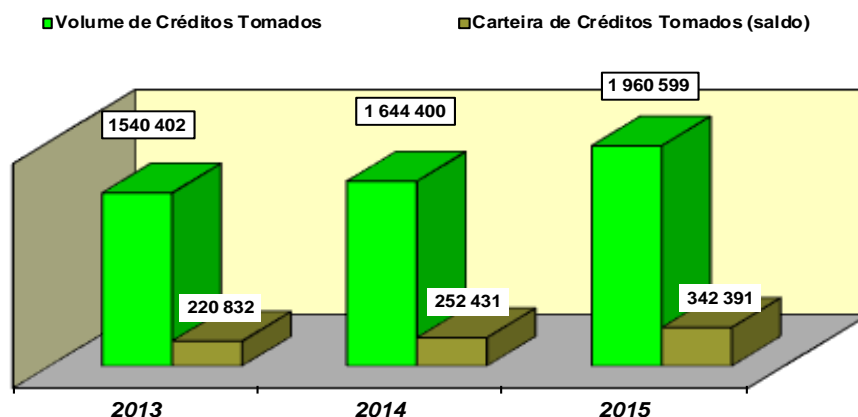
A evolução no sector apresenta já algumas melhorias face a 2014, no entanto é de salientar que a EUROFACTOR teve em 2015 um crescimento muito importante da sua faturação tomada de 19,2%, enquanto o sector cresceu apenas 3,8% e, de acordo com as estimativas apresentadas, a sua quota de mercado irá melhorar significativamente passando de 7,5% em 2014 para uma quota de 8,6% em 2015.

A EUROFACTOR Portugal, líder histórica no produto de Factoring de Exportação vê confirmada e reforçada a sua posição neste segmento, detendo em 2015 uma quota de mercado de aproximadamente 51%. Também aqui a EUROFACTOR apresenta uma excelente evolução com um crescimento de facturação tomada de exportação de 18,5% face a 2014.



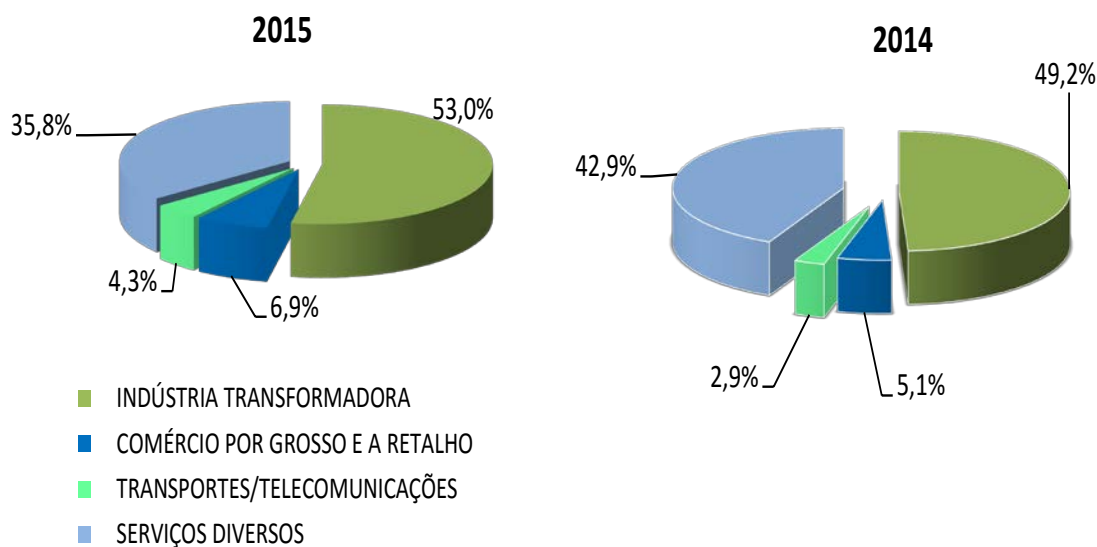
O factoring de exportação da EUROFACTOR Portugal é, sem margem para dúvidas uma referência em Portugal, tornando-a num parceiro ao serviço da economia real e apoiando claramente as empresas nas suas exportações.

A evolução dos créditos tomados nos últimos 3 anos, a que corresponde um crescimento médio de 8,37%, foi a seguinte:



(Valores em Milhares de Euros)

Em termos de repartição do negócio por setores de atividade, a EUROFACTOR manteve a estrutura dos seus clientes, de acordo com o indicado nos seguintes gráficos:



A margem do “produto líquido bancário” sobre os “créditos tomados” manteve-se nos 0,6% em 2015, tal como em 2014, em consequência de uma atitude constante de grande competitividade da Eurofactor Portugal no mercado de factoring.

No decorrer do ano de 2015 a estrutura em meios humanos, registou um aumento no quadro de pessoal de 32 para 34 pessoas, com vista a reforçar ainda mais a capacidade comercial.

No ano, foram realizados investimentos num total de 26 mil euros (2014: 55 mil euros), sobretudo relativos a software e equipamentos diversos, com destaque para o desenvolvimento de uma nova plataforma de gestão de risco de devedores.

Relativamente a ações de formação, o Grupo proporcionou ao longo do ano encontros especializados nas diversas áreas onde foi possível a troca de experiências com vista à

uniformização de processos e melhoria da qualidade dos serviços. Em 2015 o e-learning foi a nova aposta do grupo na área de formação.

Quanto à atividade da EUROFACTOR, no âmbito do controlo e gestão de riscos, é efetuada a remissão para as notas do anexo ao Balanço números 3-v), 3-w) e 3-x), onde são identificados os riscos associados à atividade, sua natureza e extensão.

No que respeita à normalização da atividade pelo Banco de Portugal, as sociedades de factoring deixaram de ser enquadradas como instituição de crédito, passando a integrar a figura de sociedade financeira.

Não se verificaram outras alterações substanciais no que respeita ao factoring e à atividade bancária em geral.

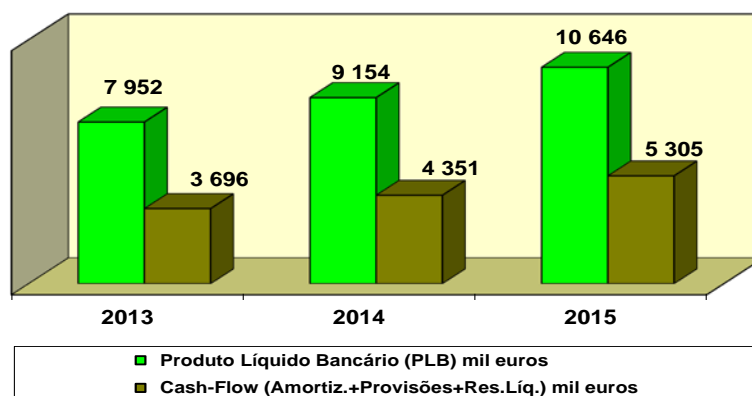
Finalmente cumpre-nos informar que não se registaram factos relevantes após o termo do exercício, nem situações cuja natureza se possa enquadrar nas alíneas d), e) e g) do artigo 66º, nº5 do Código das Sociedades Comerciais.

Situação Económica e Financeira

A estrutura económica e financeira da Sociedade reflectiu, uma vez mais, uma melhoria significativa em 2015, mais uma vez proporcionada pelo excelente resultado líquido alcançado, atingindo um rácio de solvabilidade enquadrado nas normas do Banco de Portugal.

Num contexto de modesta recuperação da crise e recessão da economia, o Produto Líquido Bancário (PLB) do exercício de 2015 registou um crescimento de 16% face a 2014, justificado na sua totalidade pelo incremento da atividade comercial e pela boa performance da empresa junto dos seus Clientes.

O *Cash-Flow* de 2015 registou um aumento significativo de 22%, face a 2014, no entanto, a rentabilidade dos capitais próprios (ROE) do exercício manteve-se nos 16%.



O exercício de 2015 encerrou com um resultado líquido positivo de 4,634 milhões de euros (2014: resultado líquido positivo de 4,050 milhões de euros), isto é, um crescimento de 14,4% face a 2014.

A evolução do resultado operacional no período de 2013 a 2015, teve um forte crescimento, com destaque para o ano de 2013:

	2013	2014	2015
Resultados Operacionais (mil euros)	5003	5961	6879
Variação anual (%)	53%	19%	15%

A produtividade dos meios de produção utilizados (humanos, técnicos e financeiros) expressa pelo coeficiente de exploração é excelente $((\text{Total de Custos Operativos})/(\text{Produto Líquido Bancário}))$ evoluindo ligeiramente de 27,6% para 27,9% entre 2014 e 2015, influenciando os resultados operacionais alcançados assim como a eficiência dos meios utilizados; salienta-se de facto que o nível do presente rácio é considerado correcto e bastante eficiente.

Perspetivas para 2016 e 2017

As projeções do Banco de Portugal para os próximos dois anos apontam para uma recuperação moderada da atividade para 2016 e 2017, após a contração verificada no período de 2011 a 2013, estimando um crescimento de 1,5 % da atividade económica para 2015.

Este ritmo de crescimento continuará moderado, aumentando ligeiramente em 2016 e 2017 permitindo atingir um aumento da atividade económica de 1,7% em 2017.

O crescimento da atividade económica deverá ser sustentado pelo crescimento robusto das exportações e impulsionada pelo aumento das despesas no consumo privado.

Proposta de Aplicação dos Resultados

Propomos que o resultado positivo de € 4.634.033,96 (quatro milhões seiscientos e trinta e quatro mil trinta e três euros e noventa e seis cêntimos), apurado no exercício de 2015, seja aplicado da seguinte forma :

Reserva Legal	463.403,40
Reserva Especial	231.701,70
Dividendos	0,00
Resultados Transitados	3.938.928,86

Governo Societário

Um modelo de governo societário transparente e a divulgação de informação atual, completa e frequente sobre as atividades societárias, são aspetos cada vez mais estruturantes e indutores das decisões de investimento dos Acionistas.

As regras e a estrutura de governo da Eurofactor Portugal - Sociedade de Factoring, SA (EUROFACTOR), foram definidas com o propósito de garantir uma governação responsável e orientada para a criação de valor. O modelo de governo societário baseia-se em valores centrados na transparência da divulgação da informação, na definição de objetivos estratégicos claros, no estabelecimento de uma linha clara de atribuição de responsabilidades no interior da

hierarquia e na existência de processos de monitorização, fiscalização e de *Compliance*, tanto interna como externamente.

A EUROFACTOR como sociedade financeira especializada com o objeto da atividade parabancária de factoring, está sujeita à supervisão do Banco de Portugal no regime das sociedades de factoring.

Capital

O capital é de catorze milhões de euros, dividido em dois milhões e oitocentas mil ações, com valor nominal por ação de cinco euros e encontra-se integralmente subscrito e realizado, sendo o CAL&F (CREDIT AGRICOLE LEASING & FACTORING, SA), o único acionista, detendo 100,00% do capital à data de 31/12/15. As ações são representadas por títulos de uma, cinco, dez, cinquenta, cem, quinhentas, mil e múltiplos de mil ações.

Estrutura de órgãos sociais

O modelo de governo societário rege-se pela seguinte estrutura de órgãos sociais: Conselho de Administração, Fiscal Único e Assembleia Geral.

a) Assembleia Geral

A Assembleia Geral de Acionistas reúne pelo menos uma vez por ano e tem como principais competências proceder à apreciação e deliberar sobre o relatório de gestão e as contas de cada exercício, deliberar sobre a distribuição de resultados e proceder à eleição dos órgãos sociais, a qual é convocada sempre que o Conselho de Administração ou o Fiscal único o entendam conveniente. Deve ainda ser convocada sempre que o acionista único o requeira.

A Assembleia Geral ordinária deve reunir no prazo de três meses a contar da data do encerramento do exercício e salvo se diferentemente for deliberado em assembleia geral para o efeito convocada, os acionistas terão, na proporção das ações que possuírem, direito de preferência nos aumentos de capital, quer na subscrição de novas ações, quer no rateio daquelas relativamente às quais tal direito não tenha sido exercido.

A Assembleia Geral é constituída pelos acionistas com direito a voto, ou seja, pelos acionistas que reúnam cumulativamente as seguintes condições (i) possuir um número de ações não inferior a 100; e (ii) ter desde o 20.º dia anterior ao da reunião da assembleia geral averbadas em seu nome as ações com base nas quais se apresenta a participar na Assembleia Geral.

A Assembleia Geral funcionará em primeira convocação, salvo diferente disposição legal imperativa, a assembleia geral só poderá funcionar e deliberar quando nela estejam presentes ou representados acionistas que detenham, pelo menos, 75% do total das ações. Em segunda convocação, a Assembleia Geral poderá funcionar e deliberar seja qual for o número de acionistas presentes ou representados.

Relativamente à votação a cada grupo de 100 ações corresponde um voto, e as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta dos votos apurados em cada reunião, salvo quando a lei ou os estatutos exigirem maioria qualificada.

A mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente e um secretário, eleitos pela Assembleia Geral, de entre os acionistas ou não, por três anos, sendo sempre permitida a reeleição.

b) Funções do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por um mínimo de três e um máximo de cinco membros, eleitos pela Assembleia Geral, que de entre eles designará o Presidente do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração é o órgão superior de gestão da Sociedade, cabendo-lhe deliberar sobre todos os assuntos e praticar todos os atos legalmente considerados, como de exercício de poderes de gestão. Poderá ainda delegar parte dos seus poderes numa comissão executiva composta por um número ímpar de administradores e poderá ainda encarregar uma ou mais pessoas, acionistas ou não, da execução temporária ou permanente de determinados atos de administração, conferindo-lhes para tanto os respetivos mandatos, mediante resolução que tome para esse efeito constante de ata.

Por deliberação do Conselho de Administração, a sede social poderá ser livremente mudada, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como poderá ainda deliberar a abertura ou encerramento de sucursais, agências, delegações ou outras formas de representação, em Portugal ou no estrangeiro. Este órgão está ainda autorizado a, após parecer favorável do Fiscal Único, aumentar o capital social, por uma ou mais vezes, por entradas em dinheiro, até ao limite de vinte e cinco milhões de euros.

As reuniões do Conselho de Administração terão lugar na sede da sociedade ou em outro local, para o efeito escolhido, podendo realizar-se com recurso a meios telemáticos, nos termos previstos no nº. 410 do Código das Sociedades Comerciais, o qual reunirá ordinariamente com uma periodicidade mínima trimestral, em datas a fixar por acordo dos seus membros para cada ano civil e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente, ou por dois outros vogais do Conselho.

O Conselho de Administração só pode validamente deliberar desde que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros, podendo qualquer administrador impedido de comparecer à reunião fazer-se representar por outro administrador ou votar por correspondência.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria dos votos dos administradores presentes ou representados e dos que votem por correspondência, tendo o presidente ou quem o substitua voto de qualidade.

c) Funções do Fiscal Único

A fiscalização da Sociedade compete a um Fiscal Único, e um Suplente, eleitos pela Assembleia Geral por períodos de três anos e reelegíveis uma ou mais vezes.

O atual Fiscal Único da Sociedade, eleito em Assembleia Geral, é a Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA, tendo como função a fiscalização da Sociedade.

O Fiscal Único e o seu Suplente podem ser ou não acionistas, mas deverão ter a qualidade de revisores oficiais de contas ou de sociedades revisoras de contas, enquanto a lei o exigir. O Fiscal Único e o seu Suplente manter-se-ão em funções até à sua substituição efetiva.

Remunerações dos órgãos sociais

O regime de aprovação e divulgação da política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, está enquadrado pela Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, a qual é aprovada em Assembleia Geral.

Relativamente aos membros do Conselho de Administração está estabelecido que os administradores serão remunerados pelo modo estabelecido em Assembleia Geral, sendo que a remuneração pode consistir parcialmente numa percentagem dos lucros do exercício anterior, a qual, na sua globalidade, não deverá exceder dois por cento.

No entanto, de acordo com a prática no grupo, os membros do conselho de administração não têm auferido qualquer rendimento proveniente da sociedade, tendo em consideração as funções intrínsecas ocupadas por todos os seus membros no seio do grupo Crédit Agricole, S.A.

Quanto ao Fiscal Único este será remunerado pela forma que a Assembleia Geral determinar, de acordo com os níveis de honorários normais para serviços similares, por referência à informação do mercado, sob a supervisão do Conselho de Administração.

Relativamente aos membros da Mesa da Assembleia-Geral, os mesmos não são remunerados, tendo em conta a Sociedade e as práticas de mercado.

Sistemas de Controlo Interno e de Gestão do Risco

Ao Conselho de Administração compete aprovar, no âmbito da estratégia da EUROFACTOR Portugal, a política geral de atividade da Sociedade. Nas reuniões trimestrais deste órgão, são analisadas e discutidas nomeadamente a atividade da Sociedade, com base nos indicadores chave do negócio, o nível de assinaturas e rescisões de contratos, o nível de provisionamento, a análise de dossiers de crédito sensíveis e outros assuntos relevantes em cada momento.

O Risco de Crédito bem como o Risco Operacional continuam a ser os riscos relevantes na atividade da Sociedade, pelo que a aprovação específica dos créditos respeita os preceitos e os procedimentos estabelecidos no manual de crédito em vigor. Estão definidos pelo acionista os níveis hierárquicos competentes para a aprovação de crédito de acordo com as características específicas de cada um.

A Sociedade não tem contratualizado instrumentos derivados. A gestão do seu risco financeiro é efetuada numa base diária tendo em consideração a tipologia das operações desenvolvidas pela Sociedade e é também efetuado um acompanhamento sólido ao nível da liquidez da Sociedade, com base no qual são definidos os níveis de endividamento a negociar. Dadas as características da Sociedade, bem como a sua estrutura acionista, existe flexibilidade em ajustar o nível de liquidez, sempre que tal se venha a revelar necessário.

Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. Após o encerramento do exercício, e até à elaboração de presente relatório, não se registaram outros factos relevantes susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nota final

O Conselho de Administração deseja expressar os seus melhores agradecimentos :

- Ao Ministério das Finanças e ao Banco de Portugal pela disponibilidade demonstrada ;
- A todos os Clientes, Fornecedores, Bancos e Parceiros de negócios que nos distinguiram pela sua preferência ;
- Aos Grupos Credit AGRICOLE, S.A., CAL&F e a todos os seus colaboradores pela atitude participativa no acompanhamento da vida desta Sociedade ;
- Aos membros da Mesa da Assembleia Geral e ao Fiscal Único, pela colaboração e apoio manifestados ;
- A todos os colaboradores da EUROFACTOR Portugal pelo contributo e desempenho demonstrado ao longo do ano.

Lisboa, 11 de Março de 2016

O Conselho de Administração :

Philippe Pierre CARAYOL

Olga de Carvalho CERDEIRA

Eugénie Aurange BOUCQUEY

Balanço em base individual (NCA) a 31 de Dezembro de 2015

unidade: €

	Notas/ Quadros anexos	Ano			Ano anterior
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	
		1	2	3 = 1 - 2	
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.a	712,85		712,85	742,27
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.b	3.353.815,67		3.353.815,67	6.592.356,81
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3.c	6.251,71	5.251,71	1.000,00	1.000,00
Ativos financeiros disponíveis para venda				0,00	0,00
Crédito a clientes	3.d	342.390.888,05	3.921.937,17	338.468.950,88	248.296.971,61
Ativos não correntes detidos para venda	3.ab)	0,00		0,00	62.600,00
Outros ativos tangíveis	3.e	440.772,35	398.827,38	41.944,97	46.069,56
Ativos intangíveis	3.e	588.227,31	570.607,27	17.620,04	30.385,78
Ativos por impostos correntes		0,00		0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos	3.f	1.294.240,77		1.294.240,77	1.079.422,11
Outros ativos	3.g	4.207.788,70		4.207.788,70	3.146.785,55
Total de Ativo		352.282.697,41	4.896.623,53	347.386.073,88	259.256.333,69
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	3.h			268.648.402,43	201.475.554,55
Provisões	3.i			2.586.136,78	1.852.384,05
Passivos por impostos correntes	3.u			0,00	0,00
Outros passivos subordinados				0,00	0,00
Outros passivos	3.j			42.400.420,81	26.811.315,19
Total de Passivo				313.634.960,02	230.139.253,79
Capital					
Capital	3.k			14.000.000,00	14.000.000,00
Reservas de reavaliação				0,00	0,00
Outras reservas e resultados transitados	3.k			15.117.079,90	11.067.257,05
Resultado do exercício	3.k			4.634.033,96	4.049.822,85
Dividendos antecipados					
Total de Capital				33.751.113,86	29.117.079,90
Total de Passivo + Capital				347.386.073,88	259.256.333,69

A DIRETORA FINANCEIRA (T.O.C.):

Martinha Martins
Martinha MARTINS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Philippe Pierre CARAYOL

Olga de Carvalho CERDEIRA

Eugénie Aurange BOUCQUEY

Demonstração de Resultados em base individual (NCA) a 31 de Dezembro de 2015

€

	Notas/ Quadros anexos	Ano	Ano anterior
Juros e rendimentos similares	3.n	10.282.749,08	9.410.713,07
Juros e encargos similares	3.n	180.869,07	684.714,22
Margem financeira	3.n	10.101.880,01	8.725.998,85
Rendimentos de serviços e comissões	3.o	199.186,10	169.570,88
Encargos com serviços e comissões	3.o	619.486,80	549.896,71
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	3.p	0,00	0,00
Resultados de reavaliação cambial	3.p	0,00	0,00
Resultados de alienação de outros ativos	3.p	0,00	0,00
Outros resultados de exploração	3.q	300.130,63	179.521,21
Produto bancário		9.981.709,94	8.525.194,23
Custos com pessoal	3.r	1.438.688,35	1.266.840,36
Gastos gerais administrativos	3.r	1.620.713,29	1.259.431,83
Amortizações do exercício	3.t	43.596,88	38.241,31
Provisões líquidas de reposições e anulações	3.d,3.i	733.752,73	300.423,05
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	3.d,3.i	-106.852,37	-37.682,49
Resultado antes de impostos		6.251.811,06	5.697.940,17
Impostos			
Correntes	3.u	1.832.595,76	1.799.610,67
Diferidos	3.u	214.818,66	151.493,35
Resultado após impostos		4.634.033,96	4.049.822,85
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas			
Resultado líquido do exercício		4.634.033,96	4.049.822,85

A DIRETORA FINANCEIRA (T.O.C.):

Martinha Martins
Martinha MARTINS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Philippe Pierre CARAYOL

Olga de Carvalho CERDEIRA

Eugénie Aurange BOUCQUEY

Demonstração dos Fluxos de Caixa em base individual (NCA) a 31 de Dezembro de 2015

unidade: €

	31/12/15	31/12/14
Actividades operacionais		
Juros, comissões e outros proveitos recebidos	10.481.935	9.580.284
Juros, comissões e outros custos pagos	(809.687)	(1.264.514)
Recuperação de crédito e juros vencidos	2.176	301.825
Pagamentos a empregados e a fornecedores	(2.397.358)	(2.783.668)
Outros pagamentos e recebimentos operacionais	360.555	102.432
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos	7.637.620	5.936.358
Diminuições (aumentos) em activos operacionais:		
Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda	-	-
Aplicações em instituições de crédito	-	-
Créditos a clientes	(90.065.127)	(32.227.069)
Outros activos e outras contas de regularização	(1.259.997)	(693.783)
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais	(91.325.124)	(32.920.852)
Aumentos (diminuições) em activos operacionais:		
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	67.182.179	39.137.709
Recursos de clientes	-	-
Passivos financeiros de negociação	-	-
Outros passivos e outras contas de regularização	15.263.401	(5.067.769)
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	82.445.580	34.069.940
Contribuições para fundos de pensões	-	-
Pagamento de impostos sobre lucros	(1.969.940)	(1.929.350)
	(3.211.864)	5.156.096
Actividades de investimento		
Aquisições de imobilizações corpóreas	(21.069)	(13.218)
Vendas de imobilizações corpóreas	-	-
Aquisições de imobilizações incorpóreas	(5.637)	(41.574)
Alienação de imobilizações	-	-
Aquisição de acções (Participação IFG)	-	-
Aquisição de acções próprias	-	-
	(26.707)	(54.792)
Fluxos de caixa das actividades de Financiamento		
Aumentos de capital	-	-
Empréstimo subordinado	-	-
Distribuição de dividendos	-	-
	-	-
Aumento (diminuição) de caixa e seus equivalentes	(3.238.570)	5.101.304
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	6.593.099	1.491.795
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	3.354.529	6.593.099

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

A DIRETORA FINANCEIRA (T.O.C.):

Martinha Martins
Martinha MARTINS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Philippe Pierre CARAYOL

Olga de Carvalho CERDEIRA

Eugénie Aurange BOUCQUEY

EUROFACTOR Portugal - Sociedade de Factoring, S.A.

Sede: Av. Duque de Ávila, 141 - 3º Dtº - 1050-081 LISBOA

Capital Social: 14.000.000 €

Contribuinte n.º 502 733 209

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 03284/920

Demonstração de alterações do capital próprio (NCA) a 31 de Dezembro de 2015

unidade: €

	Capital	Outros movimentos de capital	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Capitais próprios
Saldos em 31 de Dezembro de 2013 (NCA)	14.000.000,00	0,00	0,00	7.810.327,08	3.256.929,97	25.067.257,05
Aumento de capital						0,00
Resultado gerado no exercício de 2014					4.049.822,85	4.049.822,85
Aplicação dos resultados do exercício anterior				3.256.929,97	-3.256.929,97	0,00
Saldos em 31 de Dezembro de 2014 (NCA)	14.000.000,00	0,00	0,00	11.067.257,05	4.049.822,85	29.117.079,90
Aumento de capital						0,00
Resultado gerado no exercício de 2015					4.634.033,96	4.634.033,96
Aplicação dos resultados do exercício anterior				4.049.822,85	-4.049.822,85	0,00
Saldos em 31 de Dezembro de 2015 (NCA)	14.000.000,00	0,00	0,00	15.117.079,90	4.634.033,96	33.751.113,86

A DIRETORA FINANCEIRA (T.O.C.):

Martinha Martins

Martinha MARTINS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Philippe Pierre CARAYOL

Olga de Carvalho CERDEIRA

Eugénie Aurange BOUCQUEY

EUROFACTOR Portugal – Sociedade de Factoring, SA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em euros (€))

ÍNDICE

0 – Introdução

1 – Bases de apresentação, comparabilidade da informação e principais políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

b) Comparabilidade da informação

c) Principais políticas contabilísticas

- 1) Geral
- 2) Ativos tangíveis (IAS 16)
- 3) Ativos intangíveis (IAS 38)
- 4) Crédito a clientes e valores a receber
- 5) Imparidade
- 6) Ativos e passivos em moeda estrangeira
- 7) Pensões de reforma e de sobrevivência (IAS 19)
- 8) Prémios de antiguidade (IAS 19)
- 9) Ações próprias (IAS 32)
- 10) Instrumentos Financeiros (IFRS 7)
- 11) Remuneração variável em ações – RVA (IFRS 2)
- 12) Provisões para outros riscos e encargos (IAS 37)
- 13) Impostos sobre os lucros (IAS 12)
- 14) Responsabilidades por férias e subsídios de férias
- 15) Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas
- 16) Caixa e equivalentes de caixa
- 17) Ativos não correntes detidos para venda (IFRS 5)

2 – Relato por segmentos (IFRS 8)

- a) Segmentos geográficos
- b) Segmentos por linhas de negócio

3 – Notas

- a) Caixa e disponibilidades em bancos centrais
- b) Disponibilidades em outras instituições de crédito
- c) Outros Ativos financeiros ao justo valor através de resultados
- d) Crédito a clientes
- e) Outros Ativos tangíveis e Ativos intangíveis
- f) Ativos por impostos diferidos
- g) Outros Ativos
- h) Recursos de outras instituições de crédito
- i) Provisões
- j) Outros passivos
- k) Capital
- l) Responsabilidades de seguro para complemento de pensões de reforma
- m) Contas extrapatrimoniais
- n) Margem financeira
- o) Rendimentos e encargos com serviços e comissões
- p) Resultados líquidos diversos
- q) Outros resultados de exploração
- r) Custos com o pessoal e gastos gerais administrativos
- s) Efetivos
- t) Amortizações do exercício
- u) Impostos
- v) Risco de crédito (IFRS 7)
- w) Risco de liquidez (IFRS 7)
- x) Risco cambial (IFRS 7)
- y) Análise de sensibilidade ao risco
- z) Informações sobre os órgãos de administração e de fiscalização
- aa) Transações com partes relacionadas
- ab) Ativos não correntes detidos para venda
- ac) Caixa e equivalentes de caixa
- ad) Consolidação de contas

0 – Introdução

A EUROFACTOR Portugal - Sociedade de Factoring, SA (EUROFACTOR), como instituição financeira de crédito especializado com o objeto da atividade parabancária de factoring, está sujeita à supervisão do Banco de Portugal no regime das sociedades de factoring.

A Sociedade foi constituída em 28 de fevereiro de 1992, tendo iniciado a sua atividade em abril do mesmo ano.

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração a 11 de março de 2016.

Na elaboração deste anexo, tomaram-se em consideração as notas de divulgação em cumprimento das normas do Banco de Portugal, assim como, as normas internacionais de relato financeiro (IAS e IFRS) aplicáveis. As normas não referidas ou omitidas, por não aplicáveis ou por não serem relevantes, não prejudicam a qualidade e quantidade das divulgações necessárias à boa compreensão e entendimento das demonstrações financeiras.

1 - Bases de apresentação, comparabilidade da informação e principais políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras individuais da EUROFACTOR foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos e respetivo suporte documental, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro, e definidas pelas Instruções nº 18/2005 e nº 23/2004.

O ponto 2 da Instrução nº 18/2005 estabelece os modelos de demonstrações financeiras (Balanço e Demonstração de Resultados), para as instituições de reporte em base individual e, bem assim, que as notas anexas a essas demonstrações financeiras devem ser elaboradas em conformidade com as exigências previstas nas Normas Internacionais de Contabilidade (NIC's), quando aplicáveis e tendo em consideração o critério da materialidade, exceto quanto às matérias regulamentadas pelo nº 3.º do Aviso nº 1/2005, em que são aplicadas as notas anexas às contas previstas na Instrução nº 4/96.

b) Comparabilidade da informação

Não existem alterações de políticas contabilísticas e critérios valorimétricos que afetem a comparabilidade dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

c) Principais políticas contabilísticas

1) Geral

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as NCA que correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), excetuando os seguintes pontos:

- i) O crédito a clientes está sujeito à constituição de provisões específicas e genéricas, que não poderão ser inferiores ao mínimo de referência nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº 3/2005;
- ii) Os ativos tangíveis continuarão a ser valorizados ao custo de aquisição, salvo quando se realizem reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais-valias serão registadas em reservas legais de reavaliação;
- iii) O impacto ao nível das responsabilidades por pensões de reforma, resultante da aplicação da IAS 19 com referência a 31 de dezembro de 2005, situação não aplicável à Sociedade.

Em 2015 relativamente à IAS1 revista, por não ser aplicável, a Sociedade não procedeu à elaboração da Demonstração de Rendimento Integral.

As demonstrações financeiras da EUROFACTOR são expressas em euros. A conversão de ativos e passivos geridos em moeda estrangeira é efetuada com base no câmbio à data do balanço.

2) Ativos tangíveis (IAS 16)

Os ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas de imparidade, quando aplicável. O custo de aquisição inclui, para além do preço de compra, o IVA não recuperável, as despesas diretamente imputáveis à compra. Não foram efetuadas quaisquer reavaliações até à data de encerramento de contas.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, na base de quotas constantes, a partir do ano de aquisição, por anos completos, e em função da taxas máximas permitidas fiscalmente, que correspondem basicamente ao período que se espera que o ativo esteja disponível para uso:

Anos de vida útil

Obras em edifícios arrendados	8 a 15
Equipamento	3 a 12
Outras imobilizações corpóreas	3 a 10

Os ganhos e as perdas nas alienações de Ativos tangíveis, determinados pela diferença entre o valor de venda e o respetivo valor contabilístico, são contabilizados em “Resultados de alienação de outros Ativos”.

3) Ativos intangíveis (IAS 38)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas de imparidade, quando aplicável. Em resultado da aplicação das NCA, as despesas com publicidade, investigação, formação e outras, são registadas diretamente em custos.

Compreendem fundamentalmente os custos de programação informática e de estabelecimento.

Os ativos intangíveis são amortizados, na base de quotas constantes, a partir do ano de aquisição, por anos completos, e em função das taxas máximas permitidas fiscalmente, que correspondem basicamente à vida útil esperada dos mesmos que, em termos médios, é de três anos.

Até à data não foram reconhecidos pela EUROFACTOR quaisquer ativos intangíveis geridos internamente.

4) Crédito a clientes e valores a receber

É constituído por ativos decorrentes de operações de factoring e representam os créditos tomados “sem recurso” até aos limites de cobertura de risco de cobrança e os montantes antecipados sobre a faturação tomada “com recurso”, tendo por contrapartida no passivo a rubrica “credores por operações de factoring” e em extrapatrimonial “contratos com recurso - faturas não financiadas”.

A regularização do saldo destas rubricas, ocorrerá à medida que as faturas forem liquidadas.

Estes créditos estão valorizados pelo seu valor nominal, conforme estabelece o nº 3º, nº 2, a) do Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal.

As provisões para risco de crédito são calculadas nos termos da versão atual do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, e no mínimo incluem:

- (i) uma provisão específica para crédito vencido (entre 1% e 100%) em função da classe de risco e da existência ou não de garantia; e
- (ii) uma provisão genérica para riscos gerais de crédito, correspondente a um mínimo de 1% do total do crédito tomado não vencido, incluindo o representado por garantias não bancárias e avales prestados, deduzido do (i) crédito tomado sobre o Setor Público Administrativo, (ii) crédito suportado por garantias bancárias e (iii) crédito que tenha sido objeto de provisão específica.

O valor global das provisões da EUROFACTOR, que em 31 de dezembro de 2015 ascende a €6.508.074 (2014 €5.986.469) é, nas atuais circunstâncias, considerado suficiente para fazer face aos riscos de crédito identificados, em função da aplicação de critérios de avaliação e análise de risco de cobrança (ver Nota 3 – d).

O valor da imparidade do crédito é estimado com base nos fluxos de caixa esperados e estimativas do valor a recuperar. Estas estimativas são efetuadas com base em pressupostos determinados a partir da informação histórica disponível e da avaliação da situação dos clientes.

Os valores a receber relativos a juros são objeto de uma contabilização autónoma na conta de resultados e são reconhecidos quando obtidos por períodos mensais, segundo a regra *pró-rata temporis*. Quanto às comissões, sempre que aplicável, são periodificadas ao longo da vigência dos créditos por imputação mensal.

5) Imparidade

Genericamente, como define o IAS 39, um ativo financeiro encontra-se em situação de imparidade quando exista evidência de que tenham ocorrido um ou mais eventos de perda após o reconhecimento inicial do ativo, e esses eventos tenham impacto na estimativa do valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro considerado. Esses eventos podem ser tais como: atrasos no pagamento de capital ou juros, probabilidade de falência, etc.

Conforme referido na alínea anterior a avaliação da imparidade é efetuada em base individual e de periodicidade mensal, semestral ou anual, consoante os montantes de responsabilidades envolvidos e o surgimento de indicadores de alerta. Nessa avaliação são considerados os seguintes fatores:

- Exposição global do cliente face à EUROFACTOR e outras instituições;
- Notação de risco interno e de empresas especializadas; e, atualização e apreciação da(o):
 - i) Situação económico-financeira do cliente;
 - ii) Risco do setor de atividade em que se insere;
 - iii) Qualidade da gestão do cliente;
 - iv) Qualidade da informação contabilística apresentada;
 - v) Natureza e montante das garantias prestadas; e
 - vi) Crédito em situação de incumprimento superior a 90 dias.

Esta análise determinará se as provisões mínimas específicas do Aviso nº 3/95 serão suficientes ou se será necessário um reforço para manter o valor realizável do crédito no montante adequado.

6) Ativos e passivos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são geridos na própria moeda segundo sistema *multi-currency*, isto é, nas respetivas moedas de denominação.

A conversão para euros dos ativos e passivos expressos em moeda estrangeira é efetuada com base no câmbio informado pela International Factors Group aos seus membros, por sua vez disponível no site “Bloomberg.com”.

Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para euros ao câmbio do dia em que são reconhecidos.

7) Pensões de reforma e de sobrevivência (IAS 19)

A EUROFACTOR não dispõe de fundo de pensões e de sobrevivência. A totalidade dos colaboradores está abrangida pelo Sistema de Segurança Social.

No entanto, a EUROFACTOR dispõe de um seguro-grupo que garante à generalidade dos colaboradores, no momento da sua reforma aos 65 anos, um complemento correspondente a 14 vezes do salário em vigor nesse momento.

O custo anual para cobertura das responsabilidades relativas à manutenção e reforço do fundo que suporta o complemento de pensões de reforma, é determinado com base em estudos atuariais efetuados por uma seguradora, a qual tem, também, a seu cargo a gestão desse fundo de pensões constituído facultativamente pela Sociedade, sendo o respetivo encargo registado na rubrica de custos com o pessoal (ver Nota 3-l).

8) Prémios de antiguidade (IAS 19)

A EUROFACTOR não está sujeita ao Acordo Coletivo de Trabalho Vertical para o Setor Bancário Português, não tendo por isso quaisquer responsabilidades por prémios de antiguidade a atribuir aos seus colaboradores.

9) Ações próprias (IAS 32)

Não aplicável.

10) Instrumentos Financeiros (IFRS 7)

a) Classes de instrumentos financeiros

O ativo da Sociedade apresenta como instrumento financeiro relevante, o ativo financeiro designado por “Crédito a clientes”.

Quanto às divulgações qualitativas, quantitativas e da maturidade dos “Créditos a clientes”, ver nota 3-d).

No Passivo, o instrumento financeiro relevante, é apresentado como passivo financeiro e designado por “Recursos de outras instituições de crédito”.

Quanto à quantificação e maturidade dos “Recursos de outras instituições de crédito”, ver nota 3-h).

b) Significado dos instrumentos financeiros na posição financeira e desempenho da atividade da Sociedade

O ativo financeiro “Crédito a clientes” representa 97% do ativo da Sociedade e está suportado nos passivos financeiros “Recursos de outras instituições de crédito” (ver nota 3-h)), “Credores por contratos de factoring” (ver nota 3-j)) e nos capitais próprios.

Esses passivos financeiros representam 86% do passivo (2014: 88%).

O instrumento financeiro ativo apresenta-se mensurado ao justo valor pela utilização de provisões adequadas para fazer face à imparidade por perdas de crédito (ver nota 3-c)).

Os juros pagos e recebidos inerentes à gestão do instrumento financeiro e passivos financeiros associados estão avaliados ao justo valor pela via dos resultados.

Os passivos financeiros estão mensurados em conformidade com a descrição na nota 3-c).

c) Natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

O ativo financeiro “Crédito a clientes” em conexão com os passivos financeiros inerentes, está sujeito aos seguintes riscos:

- Riscos de crédito: O risco de crédito está associado a situações de insolvência dos aderentes e ou devedores, relativamente aos valores financiados sobre as faturas em cobrança;
- Riscos liquidez: Tem origem nos diferentes períodos de rotação dos fluxos financeiros de pagamentos e recebimentos;
- Riscos taxa de juro: Diferenças no tempo de ajustamento das taxas de juro dos recursos tomados e o crédito concedido. Ver análise de sensibilidade na nota 3-y);
- Riscos de câmbios: Advêm da diferente cobertura em divisas entre ativos e passivos.

A Sociedade dispõe de um manual de gestão onde estão definidos, aos diversos níveis da estrutura, os procedimentos adequados, face ao perfil de cada operação, visando prevenir e resolver as diferentes situações supervenientes de risco.

Em reforço das medidas preventivas, regra geral, a Sociedade dispõe de um seguro de crédito, que cobre os riscos de insolvência até 90% das responsabilidades inerentes ao “Crédito a clientes”.

Nas notas 3-v), 3-w) e 3-x), são relevados os aspetos quantitativos relativos ao risco de crédito, risco de liquidez e risco cambial, respetivamente, a que a Sociedade se encontra exposta.

O rácio de solvabilidade mínimo para as instituições de crédito, definido pelo Banco de Portugal, é de 8%, determina o montante máximo de exposição ao risco de crédito. A 31 de dezembro de 2015, o rácio de solvabilidade antes da inclusão dos resultados aprovados era de 8,7% (2014: 10,3%).

De acordo com aplicação dos resultados líquidos a 31 de dezembro de 2014, o rácio atingiu os 12,1% e em 31 de dezembro de 2015 com a aprovação da proposta de aplicação do resultado líquido de 2015 o rácio ficará acima do limite mínimo exigido pelo Banco de Portugal.

11) Remuneração variável em ações – RVA (IFRS 2)

Não aplicável.

12) Provisões para outros riscos e encargos (IAS 37)

Não aplicável.

13) Impostos sobre os lucros (IAS 12)

A atividade da EUROFACTOR está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e no Estatuto dos Benefícios Fiscais.

O IRC é calculado na base dessa legislação aplicável e o seu pagamento é efetuado com base em declarações de autoliquidação, as quais ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do ano a que respeitam.

Os prejuízos fiscais de determinado exercício podem ser deduzidos aos lucros fiscais dos seis anos seguintes, exceto se houver mudança de objeto social ou se alterar substancialmente a natureza da atividade exercida.

Nas situações em que existam diferenças temporárias entre as quantias consideradas para efeitos fiscais e as constantes das demonstrações financeiras, são registados os respetivos impostos diferidos

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias futuras.

Os impostos diferidos ativos foram calculados com base nas taxas fiscais em vigor, incluindo a derrama, em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo.

Os impostos diferidos são relevados em resultados exceto os que se relacionam com valores registados diretamente em capitais próprios, nomeadamente, embora não aplicável, os ganhos e perdas em ações próprias e em títulos disponíveis para venda (ver Nota 3-u)).

14) Responsabilidade por férias e subsídio de férias

O valor da responsabilidade por férias e subsídio de férias e respetivos encargos de 2015 e 2014, a pagar no ano seguinte, foi imputado como custo desses exercícios, por contrapartida da rubrica "Contas de regularização" apresentada no passivo.

15) Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

- O valor da imparidade do crédito é estimado com base nos fluxos de caixa esperados e estimativas do valor a recuperar. Estas estimativas são efetuadas com base em pressupostos determinados a partir da informação histórica disponível e da avaliação da situação dos clientes.
- As responsabilidades por seguro de complemento de reforma, são estimadas com base em tábuas atuariais e no pressuposto de crescimento dos salários. Pressupostos baseados nas expectativas que a seguradora tem para o período durante o qual irão ser pagos os complementos de reforma.
- Os impostos diferidos ativos foram calculados com base na legislação fiscal atual. Alterações e diferentes interpretações da legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pressupõe a existência de resultados e matéria coletável futura.

16) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a 3 meses a contar da data de constituição da operação, onde se incluem a caixa, as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

17) Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos. Os ativos (ou grupo de alienação) devem estar disponíveis para venda imediata e sua venda deve ser altamente provável.

São classificados em ativos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de créditos, que se encontram mensurados pelo menor valor entre o valor contabilístico e o justo valor líquido de custos de venda.

O Justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliação dos imóveis.

A mensuração subsequente destes ativos é efetuada pelo menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de vendas, não sendo sujeitos a depreciação.

2 - Relato por segmentos (IFRS 8)

a) Segmentos geográficos

A EUROFACTOR desenvolve a sua atividade de factoring (produto/serviço incluído na banca comercial), no mercado doméstico que corresponde às operações desenvolvidas com aderentes e respetivos devedores sediados em Portugal e a atividade internacional que se subdivide em “export”, quando o aderente é nacional e os devedores são estrangeiros, e “import”, quando os devedores são nacionais e o fator correspondente está sediado no exterior. No mercado internacional, as operações desenvolvem-se sobretudo com países da União Europeia.

b) Segmentos por linhas de negócio

O único segmento de negócio que a EUROFACTOR se dedica é ao da Banca Comercial e dentro deste, especificamente, ao serviço de factoring. Todos os resultados, apresentados nas demonstrações financeiras, têm origem neste negócio.

3 - Notas

a) Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa	713	742
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	-	-
	<u>713</u>	<u>742</u>

b) Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País:		
Depósitos à ordem	<u>3 185 193</u>	<u>6 140 985</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos à ordem	168 623	451 372
Juros a receber	-	-
	<u>168 623</u>	<u>451 372</u>
	<u>3 353 816</u>	<u>6 592 357</u>

c) Outros Ativos financeiros ao justo valor através de resultados**Justo valor de ativos e passivos financeiros**

Os ativos e passivos que se encontram registados no Balanço da Sociedade ao custo amortizado são:

- Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito – são constituídas por depósitos à ordem e de muito curto prazo, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registadas, considerando que as taxas aplicáveis a estes ativos são as taxas do mercado;
- Crédito a clientes – é constituído por contratos de maturidades reduzidas sendo os adiantamentos remunerados a taxas de juro que se aproximam das taxas em vigor no mercado para este tipo de produto e para o risco inerente à carteira, ou o seu valor ajustado por um prémio de liquidez associado ao desconto antecipado das faturas cedidas, pelo que o seu justo valor é idêntico ao valor contabilístico;
- Outros Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - a Sociedade não detém uma carteira de títulos, existindo apenas uma participação financeira inferior a 10% na IF International Factors Group SG, no montante líquido de €1.000, a qual se encontra refletida no balanço ao custo de aquisição (que corresponde ao respetivo valor nominal), deduzido de uma provisão para desvalorizações de carácter permanente e que ascende a €5.252. A diferença para a valorização desta participação segundo o método da equivalência patrimonial não é significativa;
- Débitos para com instituições de crédito – são constituídos maioritariamente por tomadas de muito curto prazo e curto prazo, com taxa variável, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registadas, considerando que as taxas aplicáveis a estes ativos são taxas de mercado;
- Outros passivos – encontram-se registados nesta rubrica as responsabilidades com adiantamentos efetuados por conta de contratos de factoring com recurso. Ver ponto acima sobre Crédito a clientes.

d) Crédito a clientes

Estes créditos apresentam em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a seguinte composição:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Crédito vincendo:		
Crédito interno:		
Empresas e administrações públicas		
Créditos tomados - Factoring:		
Com recurso	1 642 207	261 141
Sem recurso	96 930 515	73 783 482
	<u>98 572 722</u>	<u>74 044 623</u>
Crédito ao exterior:		
Empresas e administrações públicas		
Créditos tomados - Factoring:		
Com recurso	695 667	1 092 909
Sem recurso	203 568 748	150 518 168
	<u>204 264 415</u>	<u>151 611 077</u>
	<u>302 837 137</u>	<u>225 655 700</u>
Crédito e juros vencidos:		
Crédito a clientes		
Empresas e administrações públicas		
Até 3 meses	35 763 021	23 069 870
De três meses a um ano	275 696	142 185
De um ano a três anos	9 148	40 833
Mais de três anos	3 505 885	3 522 469
	<u>39 553 751</u>	<u>26 775 357</u>
Total bruto	<u>342 390 888</u>	<u>252 431 057</u>
Menos:		
Provisão para crédito de cobrança duvidosa	-	-
Provisão para crédito e juros vencidos	3 921 937	4 134 085
Provisão para risco país	-	-
Imparidade sobre crédito a clientes	-	-
	<u>3 921 937</u>	<u>4 134 085</u>
Total líquido	<u>338 468 951</u>	<u>248 296 972</u>

Provisões para perdas de crédito a clientes:

Saldos, movimentos e decomposição das contas de provisões para riscos específico de crédito:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Saldo a 1 de Janeiro	<u>4 134 085</u>	<u>4 512 330</u>
Dotações	311 442	249 653
Transferências	-	-
Utilizações	(105 296)	(340 562)
Anulações	(418 295)	(287 336)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>3 921 937</u>	<u>4 134 085</u>

Nota: De acordo com as Instrução nº 2/98, emitida pelo Banco de Portugal, o crédito tomado "com recurso" não financiado é registado na conta extrapatrimonial "995 - Contratos com recurso/Faturas não financiadas".

Garantias reais: Alguns contratos de cedência de créditos têm associadas garantias reais. O crédito em Balanço com garantias reais (hipotecas sobre imóveis) em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é o seguinte:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Contratos com recurso	994 839	994 839
Contratos sem recurso	-	-

Créditos garantidos por seguro de crédito:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Crédito sob seguro de crédito	315 499 316	230 716 943

Créditos renegociados: A Sociedade não tem em carteira créditos cujos termos tenham sido renegociados, tal como o definido pelo Banco de Portugal, caso contrário estariam vencidos ou em imparidade.

Na sociedade são aplicadas várias políticas e procedimentos que permitem obter informação sobre o perfil de risco da instituição.

Conforme definido no Guia de crédito e atribuição de rating interno de clientes. O Risco Cliente é determinado pela análise das suas Demonstrações Financeiras e classificação de rácios financeiros (notação quantitativa) e da classificação de determinados factores subjectivos (sector de actividade, qualidade da gestão, etc.) ambos ponderados e dando origem a um rating interno. O departamento de controlo interno e risco local calcula o rating interno do cliente. No quotidiano com os clientes e devedores existem uma série de procedimentos que podem dar origem a alertas (p.e.: contactos nas cobranças, sondagens, análise de pagamentos directos, etc.).

De acordo com políticas da casa-mãe, um crédito é classificado como em incumprimento a partir do momento em que o devedor após 90 dias da data de vencimento da(s) factura(s), não procede ao respectivo pagamento da mesma(s).

O conceito de Exposure at Default numa determinada data, tem em conta a totalidade da exposição associada a um cliente e/ou a um determinado devedor, sendo identificado no detalhe da carteira de crédito.

Os clientes são acompanhados de forma sistemática e permanente. Os procedimentos instituídos incluem a verificação de incidentes, os prazos médios de recebimento, situação junto das entidades tributárias, análise de movimentos credores no contrato, contactos com os devedores, etc.. Nas situações em que são despoletados alertas é efectuada uma avaliação da situação e um acompanhamento mais detalhado do cliente, podendo vir a ser colocado na watchlist.

Tendo em consideração a natureza do crédito concedido, não é considerado qualquer período emergente.

Os critérios para a segmentação da carteira de crédito estão incluídos no modelo de análise de provisões económicas, nomeadamente verificando o comportamento histórico dos créditos incluídos em classes temporais de acordo com o seu incumprimento.

O desconto temporal não é aplicável, tendo em consideração a natureza do crédito concedido, garantias obtidas e prazos de recuperação associados.

A sociedade não aplica taxas de desconto dos cash-flows, tendo em consideração a natureza do crédito: créditos de muito curto prazo.

De acordo com normas do Banco de Portugal, a suspensão de juros corridos é efectuada em 3 meses.

A reversão de imparidade regista-se quando se verifique a melhoria do risco e recuperação do crédito.

Existem linhas de orientação definidas no Guia de Crédito, relativamente aos créditos reestruturados por dificuldades financeiras do devedor.

Em situações em que exista reestruturação procede-se à identificação e marcação do crédito reestruturado por dificuldade financeiras do cliente, passando este a ser mais um indício de imparidade para a carteira de crédito especializado.

A aplicação da política de Write-Off de créditos, resulta sempre de créditos em que se encontram registadas as respectivas imparidades, sendo que as respectivas perdas de crédito resultam de valores considerados irrecuperáveis apenas após terem sido tomadas todas as diligências legais de cobrança e recuperação dos créditos de acordo com as políticas da Sociedade e quando as expectativas de recuperação desses créditos são muito reduzidas ou inexistentes, sendo desreconhecidos do balanço mediante a utilização das respectivas provisões para perdas por imparidade. Recuperações subsequentes de quantias anteriormente desreconhecidas são registadas em resultados.

O modelo de análise de provisões económicas utilizado pela sociedade inclui séries de informação histórica desde 1998, no entanto não contempla o sistema de notação interna.

Por forma a aferir a melhor estimativa no cálculo de imparidade à data em análise, é considerado o conhecimento e experiência com o cliente, antiguidade, histórica de perdas, incidentes, comportamento das cobranças, conjuntura e sector, situação junto das entidades tributárias e capacidade empresarial, bem como a situação perante os devedores, por forma a aferir a melhor estimativa no cálculo de imparidade à data em análise.

Existem políticas definidas, relativamente à detecção e reporte de não conformidades. É de relevar que todos os dados incluídos no modelo são cruzados na sua totalidade com a carteira de crédito às datas respectivas, não podendo existir diferenças. Internamente é elaborado pelo Departamento

Financeiros e validado pelo Departamento de Controlo Interno e Risco. O modelo foi também sempre validado por auditores externos.

e) Outros Ativos tangíveis e Ativos intangíveis

Esta rubrica, entre 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015, teve a seguinte evolução:

Rubrica	31-12-2014		Aquisições	Amortizações do exercício	Abates/Transfe-rências	31/12/2015
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				Valor líquido
Ativos intangíveis						
° Despesas de estabelecimento	319 110	(319 110)	-	-	-	-
° Custos plurianuais	88	(88)	-	-	-	-
° Sist. trat. autom. de dados	255 857	(225 470)	5 637	(18 403)	-	17 621
° Estudo de mercado	7 536	(7 536)	-	-	-	-
	<u>582 591</u>	<u>(552 204)</u>	<u>5 637</u>	<u>(18 403)</u>	<u>-</u>	<u>17 621</u>
Outros ativos tangíveis						
° Equipamento	467 460	(421 391)	21 069	(25 194)	-	41 945
Total	<u>1 050 051</u>	<u>(973 596)</u>	<u>26 707</u>	<u>(43 597)</u>	<u>-</u>	<u>59 566</u>

Rubrica	31/12/2013		Aquisições	Amortizações do exercício	Abates/Transfe-rências	31/12/2014
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				Valor líquido
Ativos intangíveis						
° Despesas de estabelecimento	319 110	(319 110)	-	-	-	-
° Custos plurianuais	88	(88)	-	-	-	-
° Sist. trat. autom. de dados	214 283	(207 784)	41 574	(17 686)	-	30 386
° Estudo de mercado	7 536	(7 536)	-	-	-	-
	<u>541 016</u>	<u>(534 518)</u>	<u>41 574</u>	<u>(17 686)</u>	<u>-</u>	<u>30 386</u>
Outros ativos tangíveis						
° Equipamento	454 242	(400 836)	13 218	(20 555)	-	46 070
Total	<u>995 259</u>	<u>(935 355)</u>	<u>54 792</u>	<u>(38 241)</u>	<u>-</u>	<u>76 456</u>

f) Ativos por impostos diferidos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2015	31/12/2014
Por diferenças temporárias (ver Nota 1 - c.13))	<u>1 294 241</u>	<u>1 079 422</u>
	<u>1 294 241</u>	<u>1 079 422</u>

As diferenças temporárias e o correspondente imposto diferido, decompõem-se da seguinte forma:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Base	Imposto	Base	Imposto
Provisões não aceites fiscalmente:				
- Para riscos gerais de crédito	2 343 246	607 993	1 609 493	426 516
- Para crédito vencido com seguro de crédito	366 579	94 763	231 906	61 455
- Para crédito vencido	2 232 025	591 484	2 231 892	591 451
	4 941 850	1 294 241	4 073 291	1 079 422
Variação no exercício (ver Nota 3 - u))		(214 819)		(151 493)

g) Outros Ativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2015	31/12/2014
Outros devedores diversos	-	-
Outros rendimentos a receber	14 882	24 074
Despesas com encargo diferido	66 595	74 164
Outras operações a regularizar:		
- Valores recebidos não identificados	2 570 373	1 301 183
- IRC pagamento por conta	1 538 025	1 335 891
- Outros a regularizar	17 915	411 473
	4 207 789	3 146 786

A variação da posição em balanço dos “Valores recebidos não identificados”, explica-se pelo volume de cobranças não afetas à liquidação de faturas em gestão quando do fecho do exercício a 31 de dezembro, o qual está relacionado com o volume de recebimentos que ocorrem nos últimos dias de cada ano. Estes valores, logo que identificados os devedores, são regularizados por contrapartida da conta de depósitos à ordem.

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Outras operações a regularizar – Outros a regularizar” é constituída por valores diversos em fase de regularização nas contas correntes dos aderentes.

h) Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
◦ Deutsche Bank (Portugal)	595 121	1 188 694
◦ Crédit Agricole, SA - U.K.	50 000 000	50 000 000
◦ Crédit Agricole, SA - França	<u>218 053 282</u>	<u>150 286 861</u>
	<u>268 648 402</u>	<u>201 475 555</u>

i) Provisões

Esta rubrica é relativa a provisões para risco geral de crédito associadas à rubrica de crédito a clientes (ver Nota 1- c.4). As provisões para crédito vencido (risco específico), estão apresentadas na Nota 3 - d).

O saldo desta rubrica é o seguinte:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Saldo inicial	1 852 384	1 551 961
Aumento	733 753	300 423
Transferência	-	-
Saldo final	<u>2 586 137</u>	<u>1 852 384</u>

j) Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Credores e outros recursos:		
IVA a pagar	278	18
Retenção de impostos na fonte	369 315	139 388
Contribuições para a segurança social	67 531	20 508
Credores por contratos de factoring	35 240 843	22 715 593
Credores por fornecimento de bens	1 298	1 999
Outros credores	<u>150 468</u>	<u>67 789</u>
	<u>35 829 733</u>	<u>22 945 294</u>
Outros encargos a pagar		
Por gastos com pessoal	328 052	325 077
Por gastos administrativos	739 861	474 608
Outros encargos a pagar	<u>10 839</u>	<u>15 728</u>
	<u>1 078 752</u>	<u>815 413</u>
Outras contas de regularização		
Outras contas a regularizar		
Operações de factoring	3 657 548	1 282 085
IRC a regularizar (Nota 3 – u)	1 832 596	1 767 807
Diversos	<u>1 792</u>	<u>717</u>
	<u>5 491 936</u>	<u>3 050 608</u>
	<u>42 400 421</u>	<u>26 811 315</u>

Os “Credores por contratos de factoring” representam 83% em 2015 (85% em 2014) dos “Outros passivos”. Esta rubrica diz respeito à componente dos créditos tomados com cobertura de risco não financiados. A relação entre o saldo de “Credores por contratos de factoring” e o saldo de “Créditos a clientes” (Nota 3 – d), foi de 10% em 2015 (9% em 2014). As variações destes saldos estão diretamente relacionadas entre si e dependem da percentagem média de financiamento, rotação das cobranças e montante e sazonalidade dos créditos tomados.

k) Capital

Esta rubrica apresenta a seguinte evolução e situação a 31 de dezembro de 2015:

	Saldo 31/12/2014	Movimento do período		Saldo 31/12/2015
		Aumento (Diminuição)	Transfe- rência	
Capital	14 000 000	-	-	14 000 000
Diferenças resultantes da alteração de políticas contabilísticas	102 473	-	-	102 473
Reservas legais	2 025 012	607 473	-	2 632 486
Resultados transitados	8 939 771	3 442 349	-	12 382 121
Resultado líquido				
◦ Exercício de 2014	4 049 823		4 049 823	-
◦ Exercício de 2015	-	4 634 034	-	4 634 034
	<u>29 117 080</u>	<u>8 683 857</u>	<u>4 049 823</u>	<u>33 751 113</u>

	Saldo 31/12/2013	Movimento do período		Saldo 31/12/2014
		Aumento (Diminuição)	Transfe- rência	
Capital	14 000 000	-	-	14 000 000
Diferenças resultantes da alteração de políticas contabilísticas	102 473	-	-	102 473
Reservas legais	1 536 473	488 540	-	2 025 012
Resultados transitados	6 171 381	2 768 390	-	8 939 771
Resultado líquido				
◦ Exercício de 2013	3 256 930		3 256 930	-
◦ Exercício de 2014	-	4 049 823	-	4 049 823
	<u>25 067 257</u>	<u>7 306 753</u>	<u>3 256 930</u>	<u>29 117 079</u>

Em 31 de dezembro de 2015 o capital, integralmente subscrito e realizado, é de catorze milhões de euros, dividido em dois milhões e oitocentas mil ações, com valor nominal de cinco euros, cada uma.

A rubrica “Diferenças resultantes da alteração de políticas contabilísticas” expressa o impacto da aplicação das NCA’s em 31 de dezembro de 2005 e teve como contrapartida as seguintes rubricas:

Impostos diferidos	108.258
Anulação de custos plurianuais	(5.785)
	<u><u>102.473</u></u>

Nos termos legais, a Sociedade deverá constituir as seguintes reservas que não estão disponíveis para distribuição:

Reserva legal	pela aplicação de pelo menos 10% do lucro líquido apurado em cada exercício, até à concorrência do capital.
Reserva especial	pela aplicação de pelo menos 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, até à concorrência do capital, destinada a cobrir as depreciações do ativo ou os prejuízos que a demonstração de resultados não possa suportar.

De acordo com a proposta do Conselho de Administração aprovada em Assembleia Geral de 26 de março de 2015, o resultado do exercício de 2014, foi aplicado da seguinte forma:

Para reserva legal	404 982,29
Para reserva especial	202 491,13
Para dividendos	-
Para resultados transitados	<u>3 442 349,43</u>
	<u><u>4 049 822,85</u></u>

I) Responsabilidades de seguro para complemento de pensões de reforma

Foi elaborado com referência a 31 de dezembro de 2015 e 2014 o estudo atuarial relativo às responsabilidades decorrentes do seguro para complemento de reforma afeto ao Plano de Reformas de Benefício Definido, segundo o qual, cada participante ao atingir a idade normal de reforma, ao serviço da EUROFACTOR (segurado), deverá ter disponível um capital igual a catorze vezes o salário mensal auferido nessa data. Pelo menos dois terços desse capital deve ser pago sob a forma de prestação pecuniária mensal vitalícia, podendo a diferença ser paga sob a forma de capital.

O cálculo atuarial tem subjacente os seguintes dados, pressupostos e metodologia:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Dados:		
- Número de participantes beneficiários no ativo	22	23
- Datas de nascimento dos beneficiários no ativo	sim	sim
- Datas de admissão na Empresa	sim	sim
- Salários dos participantes no início do ano seguinte	sim	sim
- Beneficiários no activo com 65 ou mais anos	0	0
- Reformados a beneficiar do complemento de reforma	0	0
- Massa Salarial Anual (14 Meses) (€)	679 081	684 892
Pressupostos:		
- Taxa anual de crescimento salarial	1,0%	2,0%
- Taxa anual de rendimento	2,0%	3,0%
- Taxa de desconto utilizada na avaliação	2,0%	3,0%
- Data de referência dos cálculos	29/01/2016	01/01/2015
- Idade Normal de Reforma (anos)	66	66
- Tábua de Mortalidade	TPRV 93	TPRV 93
Método de cálculo utilizado:		
- Projected Unit Credit Cost Method	sim	sim

Os resultados da avaliação atuarial do seguro de complemento de reforma e os indicadores em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são os seguintes:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Resultados da avaliação atuarial:		
Responsabilidades por serviços futuros	331 885	335 855
Responsabilidades por serviços passados	a) <u>193 746</u>	<u>170 103</u>
Responsabilidades totais	<u><u>525 631</u></u>	<u><u>505 958</u></u>
Situação patrimonial do fundo de pensões		
Situação em 1 de Janeiro	196 338	183 295
Contribuições efectuadas no exercício	7 218	7 218
Rendimento do fundo de pensões	5 034	5 825
Pensões pagas	-	-
Situação em 31 de Dezembro	b) <u>208 590</u>	<u>196 338</u>
Excesso/(Insuficiência) de cobertura c) = b) - a)	<u><u>14 844</u></u>	<u><u>26 235</u></u>
Percentagem de cobertura das responsabilidades por serviços passados	<u><u>108%</u></u>	<u><u>115%</u></u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 as demonstrações financeiras da Sociedade registaram na rubrica de custos com pessoal as contribuições de, respetivamente, €15.000,00 e €7.218.

Cada segurado, integrado nestes seguros de grupo, participa nos fundos autónomos, não através de unidades específicas de valor (ex. UPs) mas em função do saldo da sua conta poupança verificado a 31 de dezembro:

Saldo da Conta Poupança:	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Apólice Recogan nº 433.712	0	45 172
Apólice RecoganXXI nº 482.271	0	151 166
Apólice RecoganXXI nº 504.812	208 590	n.a.
Total do Saldo da Conta Poupança:	<u>208 590</u>	<u>196 338</u>

O saldo da Conta Poupança é ajustado anualmente tendo em conta a cobertura no imediato das Responsabilidades por Serviços Passados e a cobertura, no médio e longo prazo, das Responsabilidades por Serviços Futuros.

Em 2015, a rentabilidade verificada das apólices Recogan nº 433.712 e RecoganXXI nº 482.271, foi, respetivamente de 4,0% e 3,0% (2014: 4,0% e 3,0%, respetivamente).

A composição em 31 de dezembro de 2015 e 2014, associada a dois fundos autónomos, que correspondem respetivamente a duas apólices distintas, é a seguinte:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Recogan, apólice nº 433.712, composição:		
Obrigações	96,0%	96,0%
Fundos de Obrigações	0,0%	0,0%
Ações	0,0%	0,0%
Fundos de Ações	0,0%	0,0%
Fundos Imobiliários	4,0%	4,0%
	<u>100,0%</u>	<u>100,0%</u>
RecoganXXI, apólice nº 482.271, composição:		
Obrigações	89,9%	89,9%
Fundos de Obrigações	5,5%	5,5%
Ações	2,1%	2,1%
Fundos de Ações	2,4%	2,4%
Fundos Imobiliários	0,1%	0,1%
	<u>100,0%</u>	<u>100,0%</u>

As apólices de seguro estão inseridas num Fundo de Investimento Autónomo cujos valores das provisões matemáticas estão representados em ativos, cuja composição obedece às regras prudenciais do Instituto de Seguros de Portugal.

Na composição dos fundos de complemento de reforma, não se encontra nenhum: (1) ativo que esteja a ser utilizado pela Sociedade e (2) título emitido pela Sociedade.

A gestão destes fundos está a cargo da Groupama Asset Management.

m) Contas extrapatrimoniais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Garantias recebidas		
Por cartas de crédito "stand-by"	43 000 000	40 000 000
Compromissos perante terceiros		
Linhas de crédito revogáveis	352 100 745	310 841 122
Compromissos assumidos por terceiros		
Por linhas de crédito irrevogáveis	280 000 000	220 000 000
Responsabilidades por prestações de serviços		
De cobrança de Valores		
Faturas de Factoring Import	759 479	1 002 109
Contratos com recurso - Faturas não financiadas	<u>36 886 581</u>	<u>37 326 896</u>
	<u>712 746 805</u>	<u>609 170 128</u>

n) Margem financeira

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Juros e rendimentos similares de:		
Disponibilidades	575	444
Crédito a clientes de factoring	5 188 219	5 114 762
Comissões relacionadas com o factoring	<u>5 093 955</u>	<u>4 295 507</u>
	<u>10 282 749</u>	<u>9 410 713</u>
Juros e encargos similares de:		
Recursos de instituições de crédito no País	6 113	17 438
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	<u>174 756</u>	<u>667 276</u>
	<u>180 869</u>	<u>684 714</u>
Margem financeira	<u>10 101 880</u>	<u>8 725 999</u>

o) Rendimentos e encargos com serviços e comissões

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Rendimentos de serviços e comissões:		
Comissões de serviços relacionados com o factoring	<u>199 186</u>	<u>169 571</u>
Encargos com serviços e comissões		
Comissões de garantias recebidas	60 347	45 088
Por serviços bancários prestados por terceiros	464 485	411 328
Outros	<u>94 654</u>	<u>93 481</u>
	<u>619 487</u>	<u>549 897</u>

p) Resultados líquidos diversos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
De alienação de outros ativos		
Outros ativos tangíveis	<u>-</u>	<u>-</u>

q) Outros resultados de exploração

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Outros impostos	(128 926)	(144 584)
Outros encargos e gastos operacionais		
Quotas	(14 080)	(17 012)
Outros	(87)	(20)
Outros rendimentos e receitas operacionais		
Reembolso de despesas	232 375	113 544
Recuperação de créditos, juros e despesas	2 176	14 490
Recebimentos de prestação de serviços diversos	144 160	173 626
Outros	<u>64 513</u>	<u>39 478</u>
	<u>300 131</u>	<u>179 521</u>

r) Custos com o pessoal e gastos gerais administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2015	31/12/2014
Custos com pessoal		
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	-	-
Remunerações de empregados	984 816	862 612
Encargos sociais obrigatórios	226 265	199 879
Outros custos com o pessoal	227 608	204 349
	1 438 688	1 266 840
Gastos gerais administrativos		
Com fornecimentos		
Água, energia e combustíveis	25 261	26 327
Material de consumo corrente	26 464	18 624
Publicações	634	780
Material de higiene e limpeza	3 209	3 988
Outros fornecimentos	4 866	4 284
	60 433	54 003
Com serviços		
Rendas e alugueres	295 898	292 042
Comunicações	62 398	60 711
Deslocações, estadas e representação	48 547	34 523
Publicidade e edição de publicações	11 594	12 156
Conservação e reparação	3 478	3 743
Formação de pessoal	11 110	11 010
Seguros	550 111	410 564
Serviços especializados	101 661	89 726
Outro serviços	475 482	290 953
	1 560 280	1 205 429
	1 620 713	1 259 432

A informação constante nesta nota visa dar cumprimento ao disposto nos artigos 16 e 17 do aviso 10/2011 do Banco de Portugal e deverá ser analisada em conjunto com a política de remuneração dos órgãos sociais apresentada no relatório do conselho de administração.

Ao longo de 2015 foram efectuadas quatro novas contratações, duas celebradas através de contratos a termo certo e duas através de contrato por tempo indeterminado.

No que respeita a demissões de Colaboradores de acordo com a definição do art. 2º do Aviso do Banco de Portugal nº10/2011, durante o exercício de 2015 verificou-se o seguinte:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Nº Colaboradores	Valor indemnização	Nº Colaboradores	Valor indemnização
Demissões				
Órgãos de gestão e fiscalização	-	-	-	-
Empregados	1	8 733	2	4 505
	1	8 733	2	4 505

s) Efetivos

O efetivo anual de pessoal ao serviço da EUROFACTOR nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Diretores	5	4
Administrativos	29	28
	<u>34</u>	<u>32</u>

t) Amortizações do exercício

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ativos tangíveis		
Equipamento	25 194	20 555
Ativos intangíveis		
Software	18 403	17 686
	<u>43 597</u>	<u>38 241</u>

u) Impostos

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente derrama.

- Nos termos da legislação atualmente em vigor, a estimativa da matéria coletável em IRC para o exercício de 2015, ascendeu a €7.277.573. A diferença apurada entre o lucro contabilístico de 2015 e o respetivo lucro fiscal, resulta essencialmente da sujeição a tributação das provisões criadas no exercício para crédito vencido e provisões económicas acima dos mínimos exigidos pelas normas do Banco de Portugal (ver Notas 1 – c.4) e 3 – f)).
- O encargo com o IRC em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 foi de €1.832.596, €1.767.807 e €1.475.001 e, respetivamente. Os encargos relativos a 2014 e 2013 foram integralmente pagos.

No exercício de 2015 foram contabilizados Impostos Diferidos Ativos no montante de €214.819 (2014: €151.493).

Estes impostos diferidos estão relacionados com o reforço de provisões no exercício para risco geral de crédito, para o crédito vencido, e para o crédito vencido coberto por apólice de seguro de crédito, segundo as normas do Banco de Portugal, mas não aceites como custos pelas autoridades fiscais.

A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal paga no final de cada exercício, é como segue:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Imposto corrente	1 832 596	1 767 807
Imposto diferido (ver Nota 3 - f))	<u>(214 819)</u>	<u>(151 493)</u>
Total do imposto registado em resultados (1)	<u>1 617 777</u>	<u>1 616 313</u>
Resultado antes de impostos (2)	<u>6 251 811</u>	<u>5 697 940</u>
Carga fiscal [(1)/(2)]	<u>25,88%</u>	<u>28,37%</u>

A taxa nominal de impostos decompõe-se como segue:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
IRC 23,0% sobre Matéria Coletável	n.a.	23,0%
IRC 21,0% sobre Matéria Coletável	21,0%	n.a.
IRC 3,0% sobre Matéria Coletável > €1.500.000	3,0%	3,0%
DERRAMA (1,5% * Matéria Coletável total)	<u>1,5%</u>	<u>1,5%</u>
Taxa nominal de impostos	<u>25,5%</u>	<u>27,5%</u>

Reconciliação entre o custo do exercício com o imposto corrente e o saldo em balanço:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Reconhecimento como custo do exercício	1 832 596	1 767 807
Pagamentos por conta	<u>(1 538 025)</u>	<u>(1 335 891)</u>
Saldo corrente a pagar / (receber)	<u>294 571</u>	<u>431 916</u>

Em 2015 e 2014, registados em Ativos e Passivos por impostos correntes.

v) Risco de crédito (IFRS 7)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, correspondia aos seguintes montantes:

Tipo de instrumento financeiro	Valor nominal	Valor contabilístico bruto	Imparidade (provisões)	Valor contabilístico líquido
Posição a 31/12/15:				
Crédito a clientes	342 390 888	342 390 888	3 921 937	338 468 951
Posição a 31/12/14:				
Crédito a clientes	252 431 057	252 431 057	4 134 085	248 296 972

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o crédito e juros vencidos, apresenta a seguinte composição:

31/12/2015	Até 3 meses	3 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Crédito a clientes						
Para os quais foi feita uma análise individual						
Crédito e juros vencidos	35 763 021	242 318	33 379	9 148	3 505 885	39 553 751
Imparidade (provisões)	(131 208)	(242 318)	(33 379)	(9 148)	(3 505 885)	(3 921 937)
	35 631 813	-	-	-	-	35 631 813
31/12/2014						
Crédito a clientes						
Para os quais foi feita uma análise individual						
Crédito e juros vencidos	23 069 870	142 185	0	0	3 563 302	26 775 357
Imparidade (provisões)	(428 598)	(142 185)	(0)	(0)	(3 563 302)	(4 134 085)
	22 641 271	-	-	-	-	22 641 271

w) Risco de liquidez (IFRS 7)

Em 31 de dezembro de 2015, os prazos contratuais residuais, relativos aos Ativos e passivos financeiros, apresentam a seguinte estrutura:

31/12/2015	À vista	Até 3 meses	3 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Indeter- minado	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	713	-	-	-	-	-	-	713
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3 353 816	-	-	-	-	-	-	3 353 816
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	1 000	1 000
Crédito a clientes	310 549 804	31 841 084	-	-	-	-	-	342 390 888
	313 904 333	31 841 084	-	-	-	-	1 000	345 746 416
Recursos de outras instituições de crédito	75 100 402	121 048 000	32 500 000	-	40 000 000	-	-	268 648 402
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-
	75 100 402	121 048 000	32 500 000	-	40 000 000	-	-	268 648 402
31/12/2014								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	742	-	-	-	-	-	-	742
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6 592 357	-	-	-	-	-	-	6 592 357
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	1 000	1 000
Crédito a clientes	225 655 700	22 641 271	-	-	-	-	-	248 296 972
	232 248 799	22 641 271	-	-	-	-	1 000	254 891 071
Recursos de outras instituições de crédito	53 202 555	89 023 000	46 250 000	3 000 000	10 000 000	-	-	201 475 555
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-
	53 202 555	89 023 000	46 250 000	3 000 000	10 000 000	-	-	201 475 555

Os *cash-flows* futuros não descontados dos passivos financeiros, são os seguintes:

	À vista	Até 3 meses	3 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Indeter- minado	Total
31/12/2015								
Recursos de outras instituições de crédito	75 100 402	121 048 000	32 500 000	-	40 000 000	-	-	268 648 402
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-
	75 100 402	121 048 000	32 500 000	-	40 000 000	-	-	268 648 402
31/12/2014								
Recursos de outras instituições de crédito	53 202 555	89 023 000	46 250 000	3 000 000	10 000 000	-	-	201 475 555
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-
	53 202 555	89 023 000	46 250 000	3 000 000	10 000 000	-	-	201 475 555

x) Risco cambial (IFRS 7)

A EUROFACTOR assume exposição em risco cambial derivado da flutuação das taxas de câmbio dos seus ativos e passivos (justo valor e fluxos de caixa).

A prevenção de riscos de liquidação das operações cambiais, faz parte do manual de controlo interno da EUROFACTOR e preenche os princípios e recomendações da Instrução nº 72/96 do Banco de Portugal.

Não existem riscos cambiais significativos na atividade de crédito desenvolvida pela EUROFACTOR. De facto, por normativo interno, está vedada a realização de qualquer operação de crédito ou de cobertura de risco de crédito que comporte riscos cambiais.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos categorizados por tipo de moeda, em que a Sociedade estava exposta a risco de flutuações de taxa de câmbio. Os montantes apresentados na tabela abaixo, são os valores de balanço dos ativos e passivos convertidos à taxa de câmbio das datas de balanço.

31 de Dezembro de 2015						
	EUR	GBP	USD	CHF	DKK	Total
Ativos						
Caixa	404	309	-	-	-	713
Disponibilidades em O.I.C.'s	81 914	1 910 460	1 361 433	9	-	3 353 816
Outros Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1 000	-	-	-	-	1 000
Crédito a clientes - líquido de provisões	321 360 362	10 276 006	6 568 781	990	262 812	338 468 951
Ativos Tangíveis - líquido de amortizações	41 945	-	-	-	-	41 945
Ativos intangíveis - líquido de amortizações	17 620	-	-	-	-	17 620
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-
Ativos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-
Ativos por impostos diferidos	1 294 241	-	-	-	-	1 294 241
Outros Ativos	4 207 789	-	-	-	-	4 207 789
Total do Ativos (a)	327 005 275	12 186 775	7 930 214	999	262 812	347 386 074
Passivos						
Recursos de outras instituições de crédito	249 566 176	11 408 445	7 440 000	988	232 794	268 648 402
Provisões	2 586 137	-	-	-	-	2 586 137
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	41 101 848	778 330	490 214	11	30 019	42 400 421
	293 254 161	12 186 775	7 930 214	999	262 812	313 634 960
Capital próprio						
Capital	14 000 000	-	-	-	-	14 000 000
Outras reservas e resultados transitados	15 117 080	-	-	-	-	15 117 080
Resultado do exercício	4 634 034	-	-	-	-	4 634 034
	33 751 114	-	-	-	-	33 751 114
Total do Passivo e Capital próprio (b)	327 005 275	12 186 775	7 930 214	999	262 812	347 386 074
Posição líquida de balanço a 31-Dez-2015 [(a)-(b)]	(0)	-	-	-	-	-
Exposições extrapatrimoniais	37 646 061	-	-	-	-	37 646 061
Compromissos revogáveis assumidos pela Sociedade	351 538 639	-	-	-	-	351 538 639
31 de Dezembro de 2014						
	EUR	GBP	USD	CHF	DKK	Total
Ativos						
Caixa	433	309	-	-	-	742
Disponibilidades em O.I.C.'s	2 225 741	1 754 616	2 612 000	-	-	6 592 357
Outros Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1 000	-	-	-	-	1 000
Crédito a clientes - líquido de provisões	237 070 882	7 103 714	3 474 080	78 925	569 370	248 296 972
Ativos Tangíveis - líquido de amortizações	46 070	-	-	-	-	46 070
Ativos intangíveis - líquido de amortizações	30 386	-	-	-	-	30 386
Activos não correntes detidos para venda	62 600	-	-	-	-	62 600
Ativos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-
Ativos por impostos diferidos	1 079 422	-	-	-	-	1 079 422
Outros Ativos	3 146 786	-	-	-	-	3 146 786
Total do Ativos (a)	243 663 319	8 858 639	6 086 080	78 925	569 370	259 256 334
Passivos						
Recursos de outras instituições de crédito	187 014 321	8 275 736	5 608 000	66 997	510 501	201 475 555
Provisões	1 852 384	-	-	-	-	1 852 384
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	25 679 535	582 903	478 080	11 928	58 869	26 811 315
	214 546 239	8 858 639	6 086 080	78 925	569 370	230 139 254
Capital próprio						
Capital	14 000 000	-	-	-	-	14 000 000
Outras reservas e resultados transitados	11 067 257	-	-	-	-	11 067 257
Resultado do exercício	4 049 823	-	-	-	-	4 049 823
	29 117 080	-	-	-	-	29 117 080
Total do Passivo e Capital próprio (b)	243 663 319	8 858 639	6 086 080	78 925	569 370	259 256 334
Posição líquida de balanço a 31-Dez-2014 [(a)-(b)]	-	-	-	-	-	-
Exposições extrapatrimoniais	38 329 006	-	-	-	-	38 329 006
Compromissos revogáveis assumidos pela Sociedade	310 841 122	-	-	-	-	310 841 122

y) Análise de sensibilidade ao risco

A atividade da Sociedade é sobretudo sensível às variações das taxas de juro, tanto pela via do financiamento como pela do refinanciamento. Face à variação de mais/menos de 0,1% na taxa de juro, os efeitos médios na conta de resultados em 31 de dezembro de 2015, seriam os seguintes:

	31/12/2015	31/12/2014
Parâmetros implicados na análise:		
- Taxa de referência	Euribor 3 M	Euribor 3 M
- Refinanciamento em "Outras instituições de crédito"	268 648 402	201 475 555
- Financiamento a clientes	307 347 911	229 763 959
- Tempo médio de realinhamento de taxas em "Crédito a clientes"	1 Mês	1 Mês
Efeitos nos resultados:		
a) Subida das taxas de juro	0,10%	0,10%
- Variação de juros a pagar antes do realinhamento	22 387	16 790
a) Descida das taxas de juro	-0,10%	-0,10%
- Variação de juros a pagar antes do realinhamento	(22 387)	(16 790)
% do efeito na variação do Resultado Líquido (+ / -)	<u>0,55%</u>	<u>0,41%</u>

z) Informações sobre os órgãos de administração e de fiscalização

a) Montante das remunerações atribuídas no exercício:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
- ao Conselho de Administração	0	0
- ao Fiscal Único	26.000	24.700

b) Montante dos compromissos surgidos ou contratados em matérias de pensões de reforma para os antigos membros do órgão de administração e de fiscalização: Não aplicável;

c) Montante de adiantamentos e créditos e compromissos assumidos por conta do Conselho de Administração e do Fiscal Único a título de garantia de qualquer espécie: Não aplicável.

aa) Transações com partes relacionadas

Entidade	Descrição	31/12/2015		31/12/2014	
		Balço		Balço	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
CAL&F	Recursos de Instituições de Crédito	-	-	-	-
	Juros a pagar	-	-	-	-
CA-CIB(a)	Disponibilidades	-	-	191 400	-
Credit Agricole	Disponibilidades	63 121	-	11 593	-
	Recursos de Instituições de Crédito	-	268 048 293	-	200 272 540
	Juros a pagar	-	4 989	-	14 321
CAL&F	Comissões a receber	25	-	25	-
	Comissões a pagar	-	-	-	13 667
	Comissões a pagar (St. By Letter)	-	30 629	-	23 300
	Custos diversos a pagar	-	213 990	-	124 150
Eurofactor Espanha	Comissões a receber	4 050	-	10 968	-
	Comissões a pagar	-	24 811	-	92 687
GSA	Comissões a receber	-	-	-	-
	Comissões a pagar	-	157 640	-	-
Eurofactor Outros(b)	Comissões a receber	1 572	-	1 841	-
	Comissões a pagar	-	13 110	-	10 904
Total em balanço		68 768	268 493 461	215 828	200 551 568
		Extrapatrimonial		Extrapatrimonial	
Credit Agricole	Linhas de crédito	-	280 000 000	-	220 000 000
CAL&F	Linhas de crédito	-	-	-	-
	Stand-by letters	-	43 000 000	-	40 000 000
Total em Extrapatrimonial			323 000 000		260 000 000
		Demonstração de Resultados		Demonstração de Resultados	
		Custos	Proveitos	Custos	Proveitos
Credit Agricole	Juros de empréstimos	174 674	-	639 824	-
CAL&F	Juros de empréstimos	-	-	27 369	-
	Comissões (St.-By Letters)	60 347	-	45 088	-
	Comissões diversas	0	-	37 316	-
	Custos/Proveitos diversos	385 792	-	236 047	-
Eurofactor Espanha	Comissões diversas	101 277	10 771	92 687	12 500
GSA	Comissões diversas	178 323	-	-	-
Eurofactor Outros(b)	Comissões diversas	86 568	4	121 697	2 856
Total na Demonstração de Resultados		986 981	10 774	1 200 028	15 356

ab) Ativos não correntes detidos para venda

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2015	31/12/2014
Imóvel Portimão - resultante da recuperação de créditos em contencioso	-	62 600
	-	62 600

Os ativos registados nesta rubrica a 31/12/2014 foram contabilizados de acordo com a política contabilística descrita no ponto 17) das principais políticas contabilísticas.

Esta rubrica inclui imóveis detidos para venda, recebidos por recuperação de créditos em processos de contencioso.

Os referidos ativos foram alienados em agosto de 2015, pelo que à data de 31/12/2015 não existe qualquer imóvel registado nesta rubrica.

ac) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos do cálculo da demonstração de fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem as seguintes componentes:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Numerário	713	742
Disponibilidades sobre outras instituições de crédito:		
Depósitos à Ordem	<u>3 353 816</u>	<u>6 592 357</u>
	<u>3 354 529</u>	<u>6 593 099</u>

ad) Consolidação de contas

As contas da Sociedade são consolidadas nas contas do CAL&F, S.A.. As contas do CAL&F, SA podem ser obtidas diretamente na sua Sede, 12 Place des Etats-Unis - 92120 Montrouge – Paris (France).

Diretora Financeira



Martinha MARTINS

O Conselho de Administração:


Philippe Pierre CARAYOL
Olga de Carvalho CERDEIRA
Eugénie Aurange BOUCQUEY

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **EUROFACTOR PORTUGAL – Sociedade de Factoring SA**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 347 386 074 euros e um total de capital próprio de 33 751 114 euros, incluindo um resultado líquido de 4 634 034 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (“NCA”) emitidas pelo Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor, tal como adotadas na União Europeia, com as exceções referidas nos Avisos nº 1/2005, nº 4/2005 e nº 7/2008 do Banco de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de **EUROFACTOR PORTUGAL – Sociedade de Factoring SA** em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 14 de Março de 2016



MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA
representada pelo Dr. Fernando Jorge Marques Vieira (Revisor Oficial de Contas nº 564)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhámos com regularidade, durante o exercício de 2015, a atividade da **EUROFACTOR PORTUGAL – Sociedade de Factoring, SA**, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstrações dos resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e os correspondentes Anexos e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Assim, somos de parecer:

- 1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão bem como o Balanço e a Demonstrações dos resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e os correspondentes Anexos, apresentados pelo Conselho de Administração e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.
- 2º Que não existem objeções à aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Lisboa, 14 de Março de 2016

O FISCAL ÚNICO

MAZARS & ASSOCIADOS, SROC

representada pelo Dr. Fernando Jorge Marques Vieira (Revisor Oficial de Contas nº 564)

RUA TOMÁS DA FONSECA - TORRES DE LISBOA, TORRE G, 5º ANDAR, 1600-209 LISBOA, PORTUGAL

TEL.: + 351 21 721 01 80 - FAX: + 351 21 726 79 61 - E-MAIL: MAZARSLISBOA@MAZARS.PT

RUA DO CAMPO ALEGRE, 830, 3º - S14, 4150-171 PORTO, PORTUGAL

TEL.: + 351 22 605 10 20 - FAX: + 351 22 607 98 70 - E-MAIL: MAZARSORTO@MAZARS.PT

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA

INSCRIÇÃO Nº 51 NA OROC - REGISTADA NA CMVM SOB O Nº 1254 - NIPC 502 107 251 - CAPITAL SOCIAL 150.000,00 € - CRC LISBOA

CONTATOS NACIONAIS

SEDE LISBOA

Edifício Omni
Av. Duque d'Ávila,
141, 3º dto
1050-081 Lisboa
Tel: + 351 21 319 00 10
Fax: + 351 21 319 00 29
E-mail:
eurofactor@
eurofactor.pt

CENTRO NEGÓCIOS PORTO

Edifício Bessa
Leite Offices
Rua Brigadeiro Nunes
da Ponte, 114, piso 0
4150-036 Porto
Tel: + 351 22 605 41 52
Fax: + 351 22 605 43 57
E-mail:
eurofactor@
eurofactor.pt

WWW.EUROFACTOR.PT



CONTATOS INTERNACIONAIS

EUROFACTOR - ALEMANHA
Bajuwarenring 3
D-82041 Oberhaching
perto de Munique
Alemanha
Tel.: +49 89 959095-900
www.eurofactor.de

EUROFACTOR - BENELUX
Rue du Trône 60
1050 Bruxelles
Bélgica
Tel.: +32 2 643 63 63
www.eurofactor.be

EUROFACTOR - ESPANHA
Calle Goya, nº8 - 3ºB
28001 Madrid
Espanha
Tel.: +34 91 781 90 80
www.eurofactor.es

**CRÉDIT AGRICOLE LEASING
& FACTORING - FRANÇA**
12 Place des Etats-Unis
92120 Montrouge
França
Tel.: +33 (0) 1 43 23 70 70
www.ca-leasingfactoring.com

**CRÉDIT AGRICOLE COMMERCIAL
FINANCE - ITÁLIA**
Viale Stelvio 70
20159 Milano
Itália
Tel.: +39 02 890 40 000
www.ca-commercialfinance.it

CRÉDIT DU MAROC FACTORING
201, bd Mohamed Zerkouni
20100 Casablanca
Tel. +212 5 22 36 05 60
www.cdm-factoring.ma

**CRÉDIT AGRICOLE COMMERCIAL
FINANCE - POLÓNIA**
Ul. Walicow 11
00-851 Warszawa
Polónia
Tel.: +48 22 583 95 08
www.ca-commercialfinance.pl

Crédit Agricole Leasing & Factoring - S.A. com capital de 195 257 220 € - 692 029 457 RCS Nanterre - Comunicação - Criação: ARCHIPRESSE MEDIA CONSULTING - Tel.+33 1 43 20 10 49 - Fevereiro de 2015 - Papel FSC

